

# AGENDA 2030

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil

### ODS 8

### PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODAS E TODOS



**Governo Federal**

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

**Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Coordenação**

Enid Rocha Andrade da Silva  
José Eduardo Brandão

**Equipe técnica**

Valeria Rezende de Oliveira  
Rubia Quintão

**Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação,  
Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Diretor de Estudos Internacionais**

Fábio Vêras Soares

**Chefe de Gabinete**

Alexandre dos Santos Cunha

**Coordenadora-Geral de Imprensa e  
Comunicação Social**

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

**Como citar:**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 8). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS8>

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesso: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## APRESENTAÇÃO

A iniciativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em lançar os *Cadernos ODS* em 2018 representou um passo significativo na divulgação de estudos e pesquisas que visam fortalecer o compromisso nacional com os desafios delineados durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2015.

Nos últimos quatro anos, porém, o Brasil passou por mudanças significativas em sua abordagem em relação a várias agendas internacionais, impulsionadas por fatores políticos, econômicos e sociais. A mudança na liderança e na orientação política do governo, no período 2019-2022, resultou na definição de novas prioridades e estratégias, levando à redução do envolvimento em fóruns e iniciativas globais. Ademais, questões internas, como crises econômicas e instabilidade política, desviaram a atenção do Brasil das agendas internacionais, incluindo a retirada da Agenda 2030 da pauta de políticas públicas do governo federal.

O retorno do Brasil à Agenda 2030 foi marcado por eventos importantes. Primeiramente, o retorno do projeto democrático participativo ao governo federal foi crucial, sendo o principal impulsionador das mudanças. Em seguida, a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) pelo presidente Lula da Silva em setembro de 2023 foi outro ponto significativo, restaurando uma estrutura essencial que havia sido extinta no governo anterior.

Durante a AGNU, o presidente Lula reafirmou o compromisso do Brasil com a Agenda 2030 e anunciou ao mundo que o Brasil apresentaria seu segundo Relatório Nacional Voluntário (RNV) no High Level Political Forum de 2024. Nesse fórum, o presidente anunciou também a criação de um 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, centrado na igualdade racial, um desafio primordial no país.

Todos esses marcos revitalizaram o compromisso do Ipea com o acompanhamento e a análise da Agenda 2030, levando-o a reassumir seu papel de assessoramento técnico à nova CNOODS ao lado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Proseguindo com seus esforços em apoio à nova CNOODS, o Ipea lança agora a segunda edição dos *Cadernos ODS*. Este conjunto de dezessete cadernos apresenta as contribuições do Ipea para a elaboração do RNV 2024, concentrando-se especificamente na avaliação do progresso das metas dos ODS pelo Brasil. A elaboração dessas análises contou com a valiosa colaboração de pesquisadores do IBGE e da Fiocruz.

Para cada ODS, destacamos as principais metas em consonância com os desafios enfrentados pelo país e sua integração com os eixos estratégicos de desenvolvimento delineados no Plano Plurianual 2024-2027. Posteriormente, as metas foram minuciosamente avaliadas e categorizadas em quatro conjuntos distintos: i) aquelas que foram alcançadas; ii) as que demonstraram evolução positiva durante o período; iii) as que sofreram impacto devido à pandemia de covid-19; e iv) aquelas que não puderam ser analisadas devido à falta de indicadores ou à existência de séries de indicadores incompletas ou irregulares. Ademais, as análises contemplam as principais políticas que contribuem para o alcance dos ODS pelo país e uma seção sobre os avanços, os desafios e as dificuldades críticas para o alcance de cada um dos ODS até 2030.

Os *Cadernos ODS* não se limitam apenas à análise do progresso de cada indicador; eles também oferecem uma análise elucidativa da trajetória de cada um desses indicadores ao longo do período 2016-2022, reforçando o compromisso da transparência à sociedade. Com esta publicação, o Ipea reitera sua firme adesão à agenda do desenvolvimento sustentável, alinhada com os princípios fundamentais da “prosperidade compartilhada” e do imperativo de “não deixar ninguém para trás”.

A Agenda 2030, ao destacar e priorizar a “prosperidade compartilhada”, reconhece a necessidade de criar e sustentar um ambiente econômico e social onde todas as pessoas, independentemente de sua origem, gênero, raça, etnia ou condição socioeconômica, tenham acesso igualitário às oportunidades e aos frutos do desenvolvimento. Isso requer a implementação de políticas e medidas que não apenas gerem riqueza, mas também que a distribuam de maneira justa e inclusiva, reduzindo as desigualdades sociais.

Além disso, o compromisso de “não deixar ninguém para trás” reforça a importância de adotar uma abordagem holística e abrangente para o desenvolvimento, garantindo que as políticas e os programas sejam implementados de forma a alcançar todas as pessoas. Isso requer a implementação de estratégias específicas para abordar as desigualdades estruturais, fornecendo acesso igualitário a serviços essenciais, como educação, saúde, habitação e emprego, e garantindo a proteção dos direitos humanos de todos os cidadãos.

Enid Rocha Andrade da Silva  
**Coordenadora do Comitê ODS Ipea**

Marcos Hecksher<sup>1</sup>

Maurício Cortez Reis<sup>2</sup>

Mauro Oddo Nogueira<sup>3</sup>

## 1 O BRASIL E O ODS 8

Acelerar o crescimento econômico e gerar mais e melhores postos de trabalho são alvos mirados por políticas nacionais em todo o mundo há muito tempo. Neste século, a palavra *desenvolvimento* tem substituído *crescimento* em muitos planos de ação, para lembrar que é possível melhorar a vida das pessoas sem necessariamente seguir aumentando exponencialmente a produção e o consumo dos bens e serviços que são computados nas contas nacionais. A Agenda 2030 pactuada entre 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), entretanto, manteve expressamente a busca pelo “crescimento econômico”, qualificado pelos adjetivos “sustentado, inclusivo e sustentável”.

De fato, no caso do Brasil, uma sucessão de crises econômicas – com interrupções, quedas e retomadas da expansão produtiva – tem dificultado o alcance do desenvolvimento social desejado, sem benefício aparente para a sustentabilidade ambiental. Assim, faz sentido para os brasileiros o entendimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8, “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”, como um meio para atingir as metas de toda a Agenda 2030.

Em 2023, o governo brasileiro propôs e o Congresso Nacional aprovou um Plano Plurianual (PPA) em que o cenário desejável é um crescimento real do produto interno bruto (PIB) *per capita* de 2,9% ao ano (a.a.) na média do período 2023-2027, enquanto o limite inferior do intervalo considerado factível é uma taxa de 0,9% a.a. O país terminou o ano de 2023 registrando um crescimento real de 2,9% do PIB, o que corresponde a 2,2% em termos *per capita*. Essa estimativa *per capita* e todas as demais estatísticas relacionadas ao ODS 8 a serem apresentadas neste relatório ainda consideram uma projeção de crescimento populacional mais intenso do que o indicado pelos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022. Quando forem publicadas novas projeções anuais de população, revisadas à luz dos dados censitários, é possível que se encontre um crescimento *per capita* um pouco maior.

De qualquer forma, o crescimento *per capita* de 2,2% em 2023 já representa uma novidade positiva. Não só por estar mais próximo ao desejado do que ao limite inferior do cenário plurianual, mas também por acompanhar as últimas estimativas de crescimento do PIB *per capita* mundial apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). É a primeira vez que isso acontece em dez anos, pois o desempenho brasileiro ficou abaixo do mundial nos nove anos anteriores.

Antes desses últimos dez anos – em que o Brasil enfrentou uma sucessão de crises internas, de natureza política e econômica, além de impactos mais intensos da covid-19 do que os sentidos na maior parte do mundo –, o PIB *per capita* brasileiro havia crescido mais do que a média mundial no decênio imediatamente anterior. Foi também um período de redução do desemprego e avanços na qualidade dos postos de trabalho do país.

De 2003 a 2013, a taxa de desemprego caiu 3,2 pontos percentuais (p.p.), a taxa de informalidade caiu 13,8 p.p. e a renda média do trabalho subiu 42%, já descontada a inflação. Diante disso, o ODS 8 representa para o Brasil o necessário desafio de voltar a sustentar melhorias nos principais indicadores econômicos e laborais por vários anos seguidos, exatamente como o país foi capaz de fazer em um período recente, mas não, como veremos, nos primeiros sete anos de vigência da Agenda 2030 (2016-2022), foco deste relatório.

1. Coordenador de Produtividade, Concorrência e Tributação (Copet) da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E-mail: <marcos.hecksher@ipea.gov.br>.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. E-mail: <mauricio.reis@ipea.gov.br>.

3. Coordenador de Cadeias Produtivas e Micro e Pequenas Empresas (Cocam) da Diset do Ipea. E-mail: <mauro.oddo@ipea.gov.br>.

Não só o PIB *per capita* brasileiro voltou a crescer em ritmo próximo da média mundial em 2023, mas os principais indicadores do mercado de trabalho também melhoraram no mesmo ano. A taxa de desocupação caiu finalmente até um nível mais baixo (7,8%) do que o observado em 2015 (8,9%), ano em que os países adotaram a Agenda 2030 e os ODS. A massa de rendimentos habituais do trabalho cresceu 11,7% em 2023, já descontada a inflação, o que contribuiu para um crescimento similar da renda domiciliar *per capita*, que inclui outras fontes além do trabalho.

Vários fatores podem ter contribuído para esses resultados. Um deles foi a desaceleração da inflação ao consumidor, que recuou de 5,8% para 4,6% e voltou a ficar no intervalo de tolerância da meta nacional, descumprida nos dois anos anteriores. Ao mesmo tempo, o aumento real do salário mínimo nacional, de 4,1% entre médias de doze meses, foi o maior a ser realizado desde 2012. Esse reajuste afeta o mercado de trabalho direta e indiretamente, pois o mesmo valor define também o piso dos benefícios previdenciários, a maior fonte de renda das famílias brasileiras depois da remuneração do trabalho.

A expansão das transferências de renda à população mais pobre, público-alvo do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), também pode ter contribuído para elevar a demanda agregada, e o consumo das famílias cresceu mais (3,1%) do que o PIB (2,9%), assim como as exportações de bens e serviços (9,1%). Do lado da oferta, o crescimento da produção agropecuária (15,1%) impulsionou o PIB, mas os setores com maior participação na economia – serviços e indústria – também cresceram (2,4% e 1,6%, respectivamente).

Outras ações iniciadas em 2023 miraram a produção de efeitos econômicos positivos para os próximos anos. A aprovação de um novo arcação fiscal, no ano passado, melhora as perspectivas sobre a capacidade do país para conciliar o controle de sua dívida pública com uma trajetória de expansão real do orçamento necessário para financiar investimentos e políticas públicas. A reforma dos tributos sobre bens e serviços, também aprovada no último ano, traz a expectativa de ganhos de eficiência nas cadeias produtivas. Novas edições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê obras de infraestrutura econômica e social, e do Brasil Mais Produtivo, de estímulo à produtividade em micro, pequenas e médias empresas, somam-se ao lançamento, em janeiro de 2024, de linhas de financiamento público ao setor industrial, reunidas no programa Nova Indústria Brasil (NIB).

Mais que promover crescimento econômico, busca-se que ele seja sustentado, inclusivo e sustentável, como preconiza o ODS 8. No mesmo sentido, o PPA 2024-2027, que guiará as políticas federais por quatro anos, traz também metas de redução de desemprego, pobreza, desigualdades, desmatamento e emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Esse é o plano do Brasil. A próxima seção mostrará que, para a maioria dos indicadores do ODS 8, de 2016 a 2022, houve poucos avanços e muitas dificuldades. Contudo, indicadores relativos a jovens e crianças se destacam entre os que prosseguiram melhorando, podendo ser tomados como sinais positivos para o futuro do país.

## 2 ANÁLISE DO PROGRESSO DAS METAS

O período 2016-2022, que inclui a pandemia de covid-19, foi desafiador para o avanço dos indicadores do ODS 8 em todo o mundo. No Brasil, os efeitos da pandemia se somaram a uma sucessão de crises internas e recuperações parciais, o que resultou, de modo geral, em desempenhos acumulados abaixo da média. O quadro 1 mostra as doze metas desse ODS e distingue as sete cujos indicadores globais estão disponíveis no país. Entre as que dispõem de dados, o quadro resume qualitativamente os resultados alcançados pelo Brasil.

Entre as sete metas com dados disponíveis, o Brasil registrou melhora em três. Merecem destaque as reduções observadas nas frequências de jovens sem trabalho, estudo ou

treinamento (meta 8.6) e de crianças submetidas a trabalho infantil (meta 8.7), esta última baseada em estatística experimental publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São sinais positivos sobre o aproveitamento do tempo de grupos etários que comporão a força de trabalho do país por várias décadas futuras. Além disso, o país expandiu o acesso a serviços financeiros, aumentando o número e a proporção de pessoas com conta bancária, apesar da redução nos números de agências e postos de autoatendimento, devido à intensa digitalização do setor.

O núcleo do ODS 8, entretanto, é outro. Ele fica evidente nas palavras gravadas sobre seu ícone visual – “trabalho decente e crescimento econômico” –, um gráfico com barras crescentes e uma seta apontando para o alto. Essa imagem não se parece com a trajetória experimentada pelos brasileiros nos anos de 2016 a 2022. Ao fim desse período, o PIB *per capita* era praticamente o mesmo do ano-base de 2015 e o PIB por pessoa ocupada havia caído. A taxa de desocupação tinha aumentado e, entre as pessoas com trabalho, havia uma proporção mais alta de informalidade e um rendimento médio com poder de compra menor do que o experimentado sete anos antes. Todos esses resultados foram afetados pela pandemia de covid-19, mas o Brasil teve desempenho econômico pior do que o observado na maioria dos países e na média do mundo.

**QUADRO 1**  
**ODS 8: metas, indicadores 2016-2022 e avaliação**

Meta	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
8.1 – Sustentar o crescimento econômico <i>per capita</i> de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos.	8.1.1 – Taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i> .		
8.2 – Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.	8.2.1 – Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada.		
8.3 – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	8.3.1 – Taxa de informalidade das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, setor de atividade do trabalho principal e existência de deficiência.		
8.4 – Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.	8.4.1 – Pegada material, pegada material <i>per capita</i> e pegada material em porcentagem do PIB.		
	8.4.2 – Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais <i>per capita</i> e consumo interno de materiais por unidade do PIB.		
8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	8.5.1 – Rendimento médio por hora real das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos, por sexo, grupo de idade, agrupamento ocupacional do trabalho principal e existência de deficiência.		
	8.5.2 – Taxa de desocupação, por sexo, grupo de idade e existência de deficiência.		

(Continua)

(Continuação)

Meta	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
8.6 – Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.	8.6.1 – Percentual de pessoas de 15 a 24 anos não ocupadas, não estudantes e que não estão em treinamento para um trabalho.	✓	✓
8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	8.7.1 – Proporção e número de crianças de 5 a 17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade.	✓	✓
8.8 – Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.	8.8.1 – Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração.	✗	✗
	8.8.2 – Nível de conformidade nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e situação de migração.	✗	
8.9 – Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos e promova a cultura e os produtos locais.	8.9.1 – Turismo em porcentagem do PIB e taxa de variação.	✗	✗
8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.	8.10.1 – (a) Número de agências bancárias por 100 mil adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 mil adultos.	✗	✓
	8.10.2 – Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro.	✓	
8.a – Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.	8.a.1 – Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio.	✗	✗
8.b – Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da OIT.	8.b.1 – Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego.	✗	✗

✓ Evolução positiva

○ Sem evolução

🎯 Meta global atingida

✗ Evolução negativa

☄ Impactado pela covid-19

✗ Sem indicadores ou série curta ou irregular

Elaboração dos autores.

## 2.1 Metas em destaque

A análise a seguir busca sintetizar o desempenho brasileiro no ODS 8. Por isso, destacam-se somente as metas com indicadores disponíveis e que melhor podem resumir os fins de promover crescimento econômico (metas 8.1 e 8.2) e trabalho decente (8.3, 8.5 e 8.6).

**Meta 8.1** – Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos.

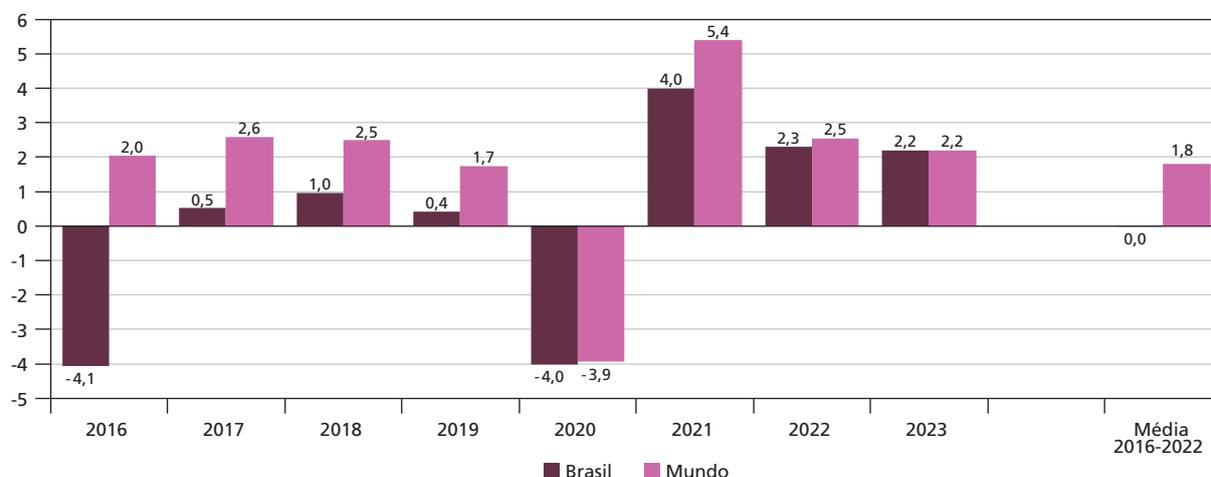
O indicador para acompanhamento dessa meta é o 8.1.1 – Taxa de crescimento real do PIB per capita. O gráfico 1 mostra que, em todos os sete anos do período 2016-2022, o PIB per capita brasileiro registrou variações menores do que a média mundial. Após fortes oscilações, o PIB per capita de 2022 no Brasil (na paridade de poder de compra – PPC\$ de 2017, PPC\$ 15.112) ainda não superava o nível de 2015 (PPC\$ 15.138). O pico histórico foi atingido em 2013 (PPC\$ 15.887) e ainda não voltou a ser alcançado em 2023 (PPC\$ 15.447).

O Brasil é classificado pelo Banco Mundial como um país de renda média alta e seu PIB per capita chegou a ser 13,4% maior que a média mundial em 1995. No entanto, o Brasil foi ultrapassado pela média mundial em 2015 e prosseguiu se afastando dela ano após ano até 2022, quando o PIB per capita brasileiro já era 13,8% menor do que a média mundial. Por isso mesmo, é relevante que o PIB per capita brasileiro tenha crescido em 2023 no mesmo ritmo (2,2%) que o FMI estimou para a economia mundial em sua última edição do *World Economic Outlook*, publicada em janeiro de 2024.

### GRÁFICO 1

#### Taxa de crescimento real do PIB per capita (2016-2023)

(Em %)



Fontes: IBGE (Brasil) e Banco Mundial (mundo até 2022). Para o crescimento de 2,2% do PIB per capita mundial em 2023, FMI (3,1% do PIB) e ONU (0,9% da população).

O PIB per capita do Brasil teve crescimento nulo (0,0%) na média dos anos de 2016 a 2022, enquanto os grupos aos quais o país pertence se saíram melhor no mesmo período. Embora tenha crescido muito pouco, a região da América Latina e Caribe teve uma taxa positiva (0,3% a.a.). Já os países atualmente classificados no grupo de renda média alta, como o Brasil, acumularam um forte crescimento (3,2% a.a.), mais intenso do que o mundial (1,8% a.a.). O resultado brasileiro nesse indicador foi pior que os de 147 (ou seja, 78,6%) dos 187 demais países com dados disponíveis na base do Banco Mundial.

A rigor, a avaliação de que o indicador da meta 8.1 permaneceu “sem evolução”, como aponta o quadro 1, é a melhor interpretação possível. Afinal, é fato que o PIB *per capita* praticamente não variou na média anual (no acumulado de sete anos, houve uma oscilação de -0,2%), mas a taxa de crescimento desacelerou em relação a períodos anteriores. Além disso, oscilar bruscamente e retornar ao nível inicial não é o mesmo que “sustentar o crescimento econômico *per capita* de acordo com as circunstâncias nacionais”, como diz a meta global.

Em 2019, quando o Ipea publicou o Caderno ODS 8, a proposta de adaptação ao Brasil da meta 8.1 era “registrar um crescimento econômico *per capita* anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030”. No PPA aprovado em 2023, o limite inferior do intervalo considerado factível para o crescimento do PIB *per capita* nos anos de 2024 a 2027 é uma taxa média de 0,9% a.a., enquanto o limite superior – chamado de “resultado desejado” – é de 2,9% a.a.

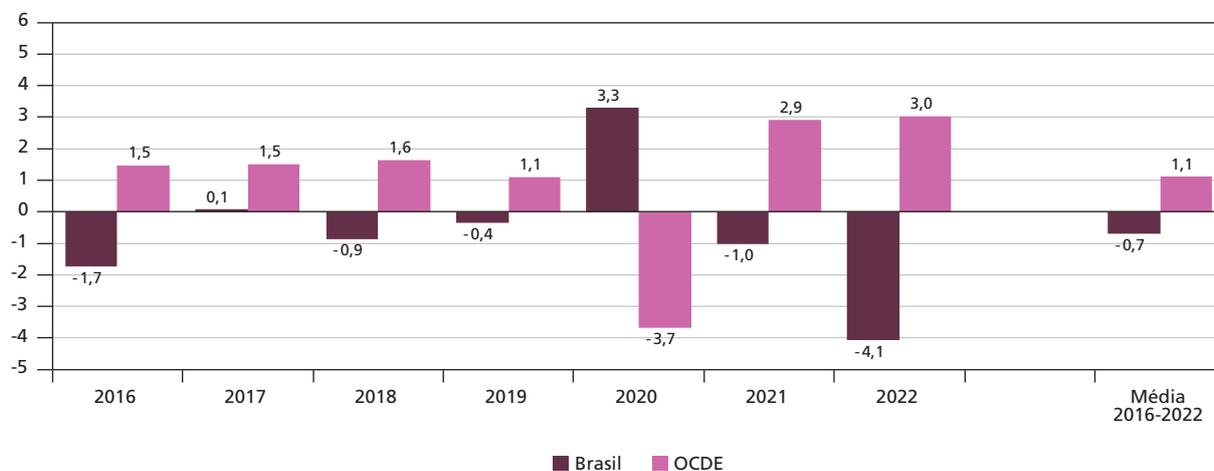
**Meta 8.2** – *Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.*

No caso da meta 8.2, não há dúvida de que a evolução foi negativa, pois o indicador 8.2.1 – *Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada*, na média do período 2016-2022, foi -0,7%. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) calcula esse indicador para a média de seus países-membros, um grupo economicamente mais desenvolvido do que o Brasil. A distância se ampliou no período, pois enquanto a produtividade do trabalho caía no Brasil, crescia 1,1% a.a. na OCDE (gráfico 2).

## GRÁFICO 2

### Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada (2016-2022)

(Em %)



Fontes: IBGE (Brasil) e OCDE (OCDE).

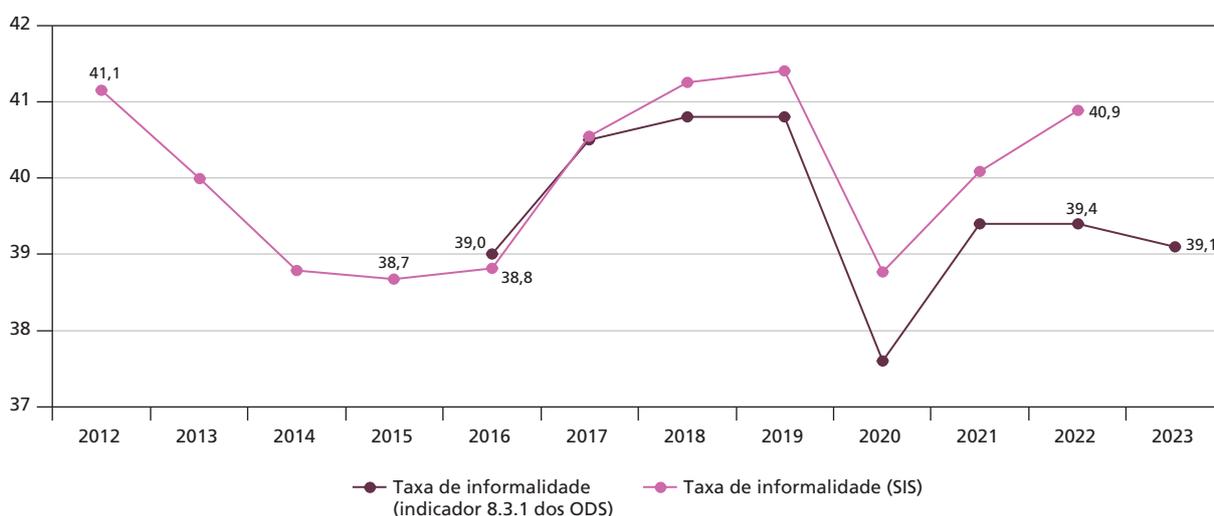
Nos sete anos analisados, o indicador só não teve desempenho pior no Brasil do que na OCDE em 2020, quando a taxa brasileira foi positiva apenas porque, no país, a população ocupada caiu mais fortemente (-6,4%) do que o PIB (-3,3%) sob o impacto inicial da covid-19.

**Meta 8.3** – *Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.*

A taxa de informalidade das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, indicador da meta 8.3, também piorou nos anos de 2016 a 2022. O IBGE publica duas taxas de informalidade. A escolhida para monitoramento da meta 8.3 é atualizada trimestralmente e considera que os empregadores e trabalhadores por conta própria são formais quando possuem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), informação que só começou a ser coletada no último trimestre de 2015 na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Já a série da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), que o IBGE também baseia na PNAD Contínua, começa em 2012 e considera formais os empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuíram para algum instituto de previdência. Empregados do setor público ou com registro em carteira de trabalho são considerados formais nos dois indicadores.

Ambas as séries indicam aumento da informalidade entre 2016 e 2022 (gráfico 3). A taxa da SIS subiu mais desde 2016 e permite observar alta também em relação a 2015, confirmando a piora no período de análise deste relatório. Em 2023, a SIS ainda não foi publicada, mas o indicador 8.3.1 recuou de 39,4% para 39,1%.

**GRÁFICO 3**  
**Taxa de informalidade em duas definições (2012-2023)**  
(Em %)



Fonte: IBGE.

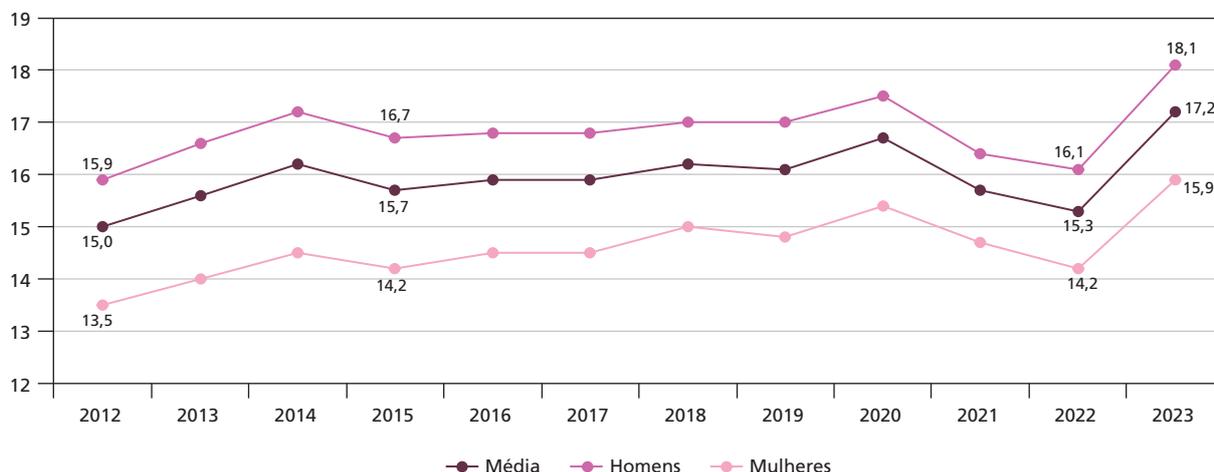
**Meta 8.5** – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Essa meta tem dois indicadores para acompanhar seu progresso. O 8.5.1 – *Rendimento médio por hora real das pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos* caiu 2,5% de 2016 a 2022. Esse resultado foi puxado pela queda de 3,6% no rendimento médio dos homens, enquanto o das mulheres voltou em 2022 ao mesmo nível de 2015 (gráfico 4). Assim, a razão entre o rendimento por hora de mulheres e homens subiu de 85,0% para 88,2%, o que é uma boa notícia por reduzir uma desigualdade entre gêneros destacada na meta 8.5, embora causada por uma notícia ruim – uma queda na renda dos homens, não uma alta na das mulheres.

Em 2023, o rendimento médio por hora trabalhada registrou forte crescimento real (12,4%), recuperando as perdas dos anos anteriores e atingindo o maior valor médio da

série histórica (R\$ 17,20). Os valores reais foram os maiores da série tanto entre as mulheres (R\$ 15,90) quanto entre os homens (R\$ 18,10). Se comparamos 2023 (e não 2022) com 2015, a citada queda do rendimento médio converte-se em expansão, com taxa real média de 1,6% a.a. no período 2016-2023.

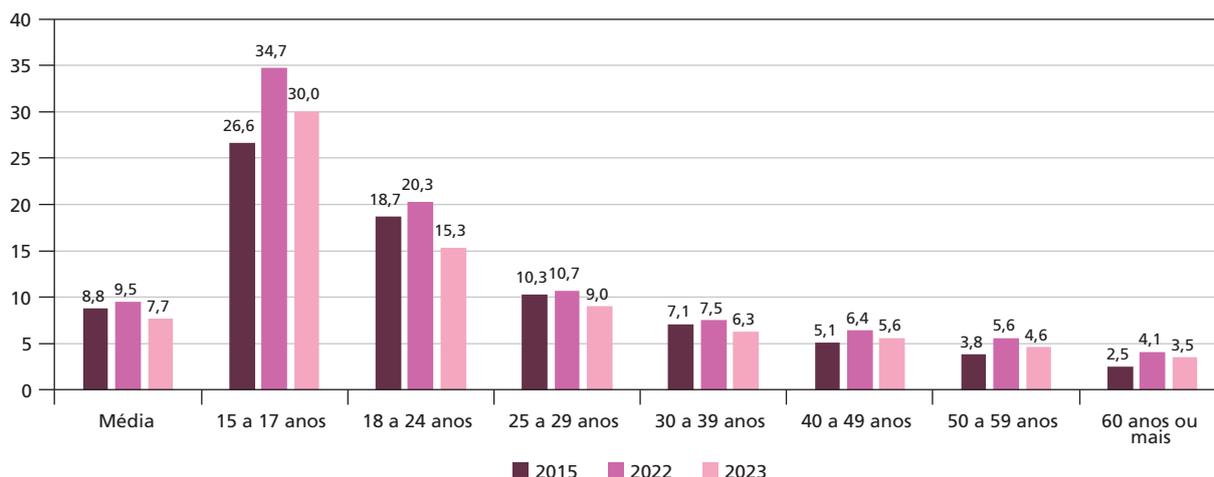
**GRÁFICO 4**  
**Rendimento médio por hora real (2012-2023)**  
(Em R\$)



Fonte: IBGE.  
Obs.: Em R\$ de 2022.

O outro indicador da meta 8.5 é o 8.5.2 – *Taxa de desocupação*. Esta subiu 0,7 p.p. de 2015 (8,8%) para 2022 (9,5%) no Brasil (gráfico 5). A piora ocorreu em todas as faixas etárias. No grupo de 15 a 17 anos de idade, a desocupação saltou 8,1 p.p., ultrapassando um terço (34,7%) dos que participaram da força de trabalho nessa faixa etária em 2022.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de desocupação das pessoas com 15 anos ou mais**  
(Em %)



Fonte: IBGE.

Assim como no caso da renda média, a piora de 2015 para 2022 vira melhora se 2023 for incluído na análise. Afinal, a taxa de desocupação caiu de 9,5% em 2022 para 7,7% em 2023, nível mais baixo do que os 8,8% de 2015. A melhora ocorreu em todos os grupos etários de 2022 para 2023, mas concentrou-se naqueles de 18 a 39 anos de idade em relação a 2015.

No terceiro trimestre de 2022, o IBGE incluiu na PNAD Contínua um suplemento especial com questão identificadora de pessoas com deficiência (PcDs). Observou-se que essas pessoas tinham taxa de desocupação 0,5 p.p. maior que a das demais pessoas e, quando ocupadas, obtinham rendimento por hora 26,4% menor que o das demais.

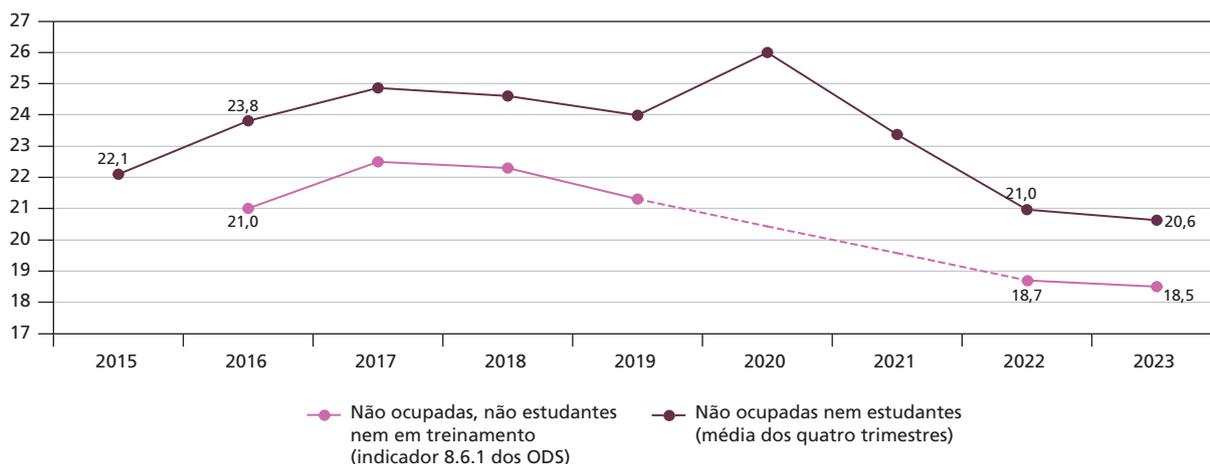
Os melhores resultados do ODS 8, como já mencionado, referem-se ao uso do tempo de crianças e jovens. No caso das primeiras, o indicador de trabalho infantil foi publicado pelo IBGE como uma estatística experimental. De todo modo, a publicação aponta um recuo da proporção de crianças em trabalho infantil entre 2016 (5,2%) e 2022 (4,9%). A melhora se deu progressivamente em 2017, 2018 e 2019, quando a proporção chegou a 4,5%. A pandemia de covid-19 impediu a coleta da informação em 2020 e 2021 e é considerada uma das causas para o retorno, em 2022, ao mesmo percentual que havia sido observado em 2017.

**Meta 8.6** – Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

Para avaliar essa meta, o indicador é o 8.6.1 – *Percentual de pessoas de 15 a 24 anos não ocupadas, não estudantes e que não estão em treinamento para um trabalho*. O IBGE começou a pesquisar a frequência a cursos de treinamento profissional em 2016 e, por causa da pandemia de covid-19, não foi possível coletar essa informação em 2020 e 2021.

O gráfico 6 mostra que, de 2016 a 2022, esse percentual caiu 2,3 p.p., de 21,0% para 18,7% e, em 2023, chegou a 18,5%. Assim como no caso do trabalho infantil, boa parte da melhora nesse indicador dos jovens está associada ao aumento continuado na proporção que frequenta o ensino regular. O mesmo gráfico também mostra, além do indicador 8.6.1 usado para monitorar a meta, um indicador alternativo que independe de informação sobre treinamento profissional e pode ser estimado para 2015, quando os ODS foram firmados. Nesse indicador alternativo, é possível observar que a melhora também ocorreu na comparação entre 2015 e 2022 e prosseguiu em 2023, quando o percentual diminuiu de 21,0% para 20,6%.

**GRÁFICO 6**  
**Pessoas de 15 a 24 anos em duas situações (2015-2023)**  
(Em %)



Fontes: IBGE (indicador 8.6.1 dos ODS) e microdados trimestrais da PNAD Contínua/IBGE.

Em 2019, o Ipea incluiu uma adaptação ao Brasil da meta 8.6 que propunha “alcançar uma redução de 3 p.p. até 2020 e de 10 p.p. até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional”. Para reduzir 10 p.p. em quinze anos (entre 2015 e 2030), seria preciso um ritmo médio de redução de 0,67 p.p. a.a. O indicador

8.6.1 caiu em média 0,38 p.p. a.a. entre 2016 e 2022, o que representa uma conquista e, ao mesmo tempo, evidencia o desafio de acelerar a melhora até o ritmo pretendido.

Jovens reportados como indígenas, pardos e pretos são, de modo geral, os mais afetados pela falta simultânea de estudo e trabalho, o que indica a pertinência e necessidade de medidas específicas para sua inclusão. O mesmo vale para as jovens mães, cujas trajetórias laborais e educacionais são sistematicamente prejudicadas pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na divisão intrafamiliar do trabalho de cuidados.

#### BOX 1

#### **Diálogo entre as recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia e patrocina, em todo o Brasil, iniciativas locais alinhadas a duas recomendações do VII Relatório Luz, publicado em 2023 pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030:

3. *Ampliar centros de treinamento para jovens profissionais e criar linhas de crédito de financiamento para empreendimentos propostos e liderados por jovens.*

5. *Promover atividades e produções culturais em espaços públicos das comunidades.*

Uma dessas iniciativas, destacada aqui como exemplo, foi objeto de uma rigorosa avaliação de impacto e apresentou resultados significativamente positivos nas vidas dos jovens beneficiários. Trata-se do programa *Galpão Aplauso*, desenvolvido pela organização não governamental (ONG) brasileira Stimulus Brasil, que atende a jovens em situação de risco na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Com o ensino de competências acadêmicas básicas (incluindo cursos de reforço em matemática e português), profissionais (construção, carpintaria, soldadura, entre outras) e de preparação para o trabalho, seu diferencial consiste em transmitir os conteúdos por meio das artes, especialmente do teatro. Além disso, sua base fica em uma área próxima, porém fora das favelas atendidas, um “espaço neutro” protegido da teia de violência que impõe interrupções ao uso de espaços nessas comunidades.

O curso compreende seiscentas horas de formação a um custo médio, em 2013, de US\$ 810 por aluno e, desde sua criação, já atendeu 14 mil jovens. A avaliação de seus impactos em um experimento aleatório controlado demonstra que programas que reproduzam esse modelo podem ser uma “alternativa eficaz às abordagens pedagógicas tradicionais para a formação de jovens” (Calero *et al.*, 2017).<sup>1</sup> As evidências empíricas são de que os jovens beneficiados obtiveram significativos impactos positivos em empregabilidade, qualidade da ocupação e rendimentos.

Fonte: GTSC (2023).

Nota: <sup>1</sup>Calero, C. *et al.* Can arts-based interventions enhance labor market outcomes among youth? Evidence from a randomized trial in Rio de Janeiro. *Labour Economics*, v. 45, p. 131-142, 2017.

### **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO ODS 8**

A gestão atual do governo brasileiro assumiu como uma de suas prioridades o avanço na agenda social, que compreende, entre outros temas, o combate às desigualdades, a redução da pobreza e o respeito às diversidades. Esse compromisso está registrado no PPA 2024-2027, o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal. Embora o diagnóstico referente ao período 2016-2022 mostre que o país avançou pouco rumo à maioria das metas do ODS 8, espera-se que as ações previstas no plano contribuam para maiores taxas de crescimento econômico e promoção do emprego decente, inclusivo e sustentável.

O PPA em curso prevê diversas ações para retomar o crescimento econômico de maneira sustentável e inclusiva, com responsabilidade fiscal, social e ambiental. Algumas medidas foram efetivadas, como a aprovação da reforma tributária em 2023, que deve permitir importantes ganhos de eficiência alocativa. Há uma série de projetos de investimento programados, em infraestrutura e nos diversos setores de atividade, além de propostas de reformas financeiras e no mercado de crédito, destinados a elevar a competitividade da economia brasileira.

Além disso, diversos programas governamentais especificamente voltados à promoção de emprego decente, inclusivo e sustentável estão em vigor no Brasil. O Programa Trabalho Sustentável, por exemplo, tem como metas erradicar o trabalho infantil e o trabalho análogo à

escavidão, além de combater a discriminação e incentivar a igualdade de oportunidades no trabalho. Isso é feito por meio da promoção do diálogo entre trabalhadores e empregadores e da disponibilização de ferramentas tecnológicas, com o objetivo de incentivar a formalização dos vínculos empregatícios.

Após onze anos sem contratação de auditores fiscais do trabalho, novecentos novos profissionais serão selecionados por concurso público e contratados em 2024 para reforçar as atividades de inspeção do trabalho em todo o país. A fiscalização é fundamental para coibir a informalidade e garantir condições de trabalho decente.

Outra iniciativa consiste em promover campanhas de conscientização para trabalhadores migrantes, refugiados e empregadores sobre as questões legais que envolvem as relações laborais. O programa pretende contribuir para o avanço na inclusão de PcDs no mercado de trabalho e a redução do trabalho infantil, do trabalho análogo à escravidão e da informalidade, assim como de outras fraudes à legislação. O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) contribui para a oferta de segurança alimentar e nutricional a trabalhadores de baixa renda.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financia diversas ações, como o pagamento do benefício do seguro-desemprego, qualificação e requalificação profissional, orientação e intermediação do emprego. Esse fundo também financia o benefício do abono salarial e programas relacionados aos setores de transporte coletivo, turismo e infraestrutura. Outro destaque é representado pelos programas de geração de emprego e renda, direcionados principalmente a micro e pequenos empresários, cooperativas, e ao setor informal da economia, envolvendo concessão de crédito e capacitação.

Um conjunto de ações essenciais para o ODS 8 está relacionado à educação profissional e tecnológica. O PPA 2024-2027 enfatiza a importância desse elemento para o desenvolvimento das pessoas, a capacitação e o acesso ao mercado de trabalho. Esse tipo de programa deve ser especialmente importante para os jovens, que normalmente enfrentam dificuldades bem maiores para obtenção e manutenção de emprego, principalmente aqueles com níveis mais baixos de escolarização formal.

Com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), pretende-se ampliar a qualidade dos cursos oferecidos, enquanto o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem procurado melhorar a sintonia entre os cursos ofertados e as necessidades do mundo do trabalho, assim como melhorar o sistema de encaminhamento de trabalhadores para seus cursos, por intermédio das agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Uma série de ações também têm sido adotadas para melhorar a formação educacional dos trabalhadores brasileiros, como a recomposição orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) com recursos de custeio, assistência estudantil e investimentos em infraestrutura. Também estão em curso estudos para o plano de consolidação e expansão dos institutos federais de educação profissional e tecnológica, com a criação de cem novos *campi*, o que deve levar à abertura de 1.400 novas matrículas em cursos gratuitos.

O Programa Mulheres Mil é outra iniciativa, retomada em 2023, para garantir o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e reduzir a desigualdade de gênero. Esse programa tem como público-alvo 32 mil mulheres em situação de vulnerabilidade social e procura oferecer acesso à educação, inclusão social e exercício da cidadania, além de combater a violência contra as mulheres.

Também têm sido feitos investimentos para a criação de 60 mil vagas em escolas de tempo integral na modalidade de educação profissional. Ademais, investimentos estão sendo direcionados para a criação de cursos em áreas associadas com o desenvolvimento sustentável, de energia renovável e de bioeconomia na Amazônia Legal.

## BOX 2

**Programa Brasil Mais Produtivo**

O Brasil lançou, em 2016, o programa Brasil Mais Produtivo, à época um “piloto” que beneficiou 3 mil pequenas e médias empresas industriais. Em linhas gerais, consistia no fornecimento de consultoria voltada à otimização de processos produtivos e gerenciais por meio de uma metodologia chamada “manufatura enxuta”. As empresas participantes tinham direito a uma reserva de vagas no Pronatec para atender às necessidades de qualificação de seu pessoal. O custo estimado por beneficiário era de R\$ 18 mil, cabendo a cada participante uma contrapartida de R\$ 3 mil.

Em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) publicaram a *Avaliação de desempenho do Brasil mais produtivo*. Em que pese algumas recomendações de ajuste, o documento considera os resultados do programa significativamente positivos, especialmente no aumento da produtividade das empresas atendidas.

Temporariamente rebatizado como Brasil Mais, o programa foi sendo aprimorado e expandido, tanto no número de empresas quanto nos setores de atividade cobertos. Tendo atravessado governos com características muito distintas, sua concepção transcende posicionamentos político-ideológicos ao atuar no cerne da baixa produtividade das empresas de pequeno porte; derivada do baixo conteúdo técnico de seus processos produtivos e de gestão. Se aplicado em maior escala, um programa dessa natureza pode ter impactos expressivos e diretos no alcance das metas 8.1 e 8.2 e contribuir indiretamente para todas as demais metas do ODS 8, bem como para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Em 2023, o programa voltou a se chamar Brasil Mais Produtivo. A nova edição prevê R\$ 2,037 bilhões para beneficiar 200 mil empresas, das quais 93,1 mil com atendimento direto. Além da consultoria em boas práticas produtivas e de gestão, a transformação digital das empresas deverá ocupar papel central no processo. Dadas as similaridades entre a realidade dos pequenos negócios no Brasil e em muitos outros países do Sul global, o programa possui elevado potencial de replicação.

Fonte: Cepal e Ipea (2018).

**4 AVANÇOS, DESAFIOS E DIFICULDADES CRÍTICAS**

O Brasil está empenhado em perseguir as metas do ODS 8 e já dispõe de um conjunto de instituições, programas e políticas para esse fim que vêm sendo fortalecidos e aprimorados, além de novas ações recém-lançadas ou em formulação. O rumo experimentado nos sete primeiros anos dos quinze de vigência da Agenda 2030 (2016-2022) combinou estagnação, instabilidade e retrocessos nos principais indicadores de trabalho decente e crescimento econômico, mas é importante notar que, para os anos seguintes, as perspectivas mudaram em vários aspectos potencialmente decisivos.

Em primeiro lugar, a própria Agenda 2030 voltou a ser priorizada em 2023, após quatro anos em que foi explícita e voluntariamente desconsiderada por iniciativa do governo daquele período. A própria decisão de o Brasil apresentar seu *Relatório Nacional Voluntário* no High Level Political Forum da ONU de 2024 demonstra a retomada do compromisso brasileiro de monitorar os indicadores e envidar esforços para cumprir as metas dos ODS. A agenda de desenvolvimento inclusivo e sustentável, independentemente de qualquer expectativa internacional, volta a servir de guia para as ações federais pactuadas com a própria população do país. Não por acaso, a visão de futuro 2027 inscrita no PPA do Brasil é “um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”.

Além de intenções convergentes com a Agenda 2030, o Brasil tem experiência em promover avanços nos indicadores do ODS 8. Não faz tanto tempo, neste mesmo século XXI, que o país conseguiu sustentar por vários anos um crescimento médio do PIB *per capita* mais intenso do que o mundial, reduzindo o desemprego e a informalidade e expandindo o poder de compra da renda do trabalho. Por novos caminhos, é possível reconstruir o que se havia perdido e retornar a uma trajetória positiva.

Finalmente, o ano de 2023 se encerrou com melhoras em todos os indicadores disponíveis do ODS 8. O PIB *per capita* cresceu 2,2%, em linha com o estimado para o mundo, enquanto o desemprego e a informalidade caíram e a massa de rendimentos habituais do trabalho saltou 11,7% além da inflação, que desacelerou e voltou a ficar dentro da meta nacional. Sustentar os avanços é sempre um desafio, mas são sinais de esperança para que os últimos sete anos de prazo para o ODS 8 sejam melhores do que os primeiros.

Quanto às crianças e aos jovens, o aumento continuado de sua frequência à escola contribuiu para melhoras persistentes, mesmo durante o período 2016-2022, nos indicadores de trabalho infantil e de pessoas de 15 a 24 anos que não trabalham, não estudam nem cursam treinamento para trabalhar. É outra fonte de esperança sobre a força de trabalho das próximas décadas no país.

A dificuldade crônica do Brasil em sustentar ganhos de produtividade ao longo das últimas décadas, as incertezas relativas à economia global e as restrições impostas pela mudança climática merecem destaque entre os desafios e obstáculos ao caminho desejado. Na frente interna, se foi possível obter algum consenso político para aprovar a reforma dos tributos sobre bens e serviços, os desafios parecem maiores para os planos de eliminar subsídios setoriais injustificáveis e de tornar mais progressiva a tributação direta sobre a renda e a riqueza, arrecadando recursos que podem ajudar a financiar parte das políticas públicas ligadas aos ODS sem pôr em risco o equilíbrio fiscal. Sabe-se também que parte dos ganhos na agropecuária realizados em 2023 vieram de choques exógenos de difícil repetição. Por sua vez, as taxas de juros seguem trajetória de queda no país e é possível que os efeitos da redução já realizada ainda se façam sentir por completo nos indicadores do ODS 8.

O futuro é sempre incerto, mas é evidente a recobrada determinação brasileira quanto ao objetivo de promover trabalho decente e crescimento econômico. Após alguns desvios e descaminhos no percurso dos indicadores, o destino desejado está novamente claro, a rota foi redefinida e o caminho correto voltou a ser trilhado. Resta prosseguir rumo às metas.

## REFERÊNCIAS

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de desempenho do Brasil Mais Produtivo**. Brasília: Cepal; Ipea, 2018.

GTSC A2030 – GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável** – Brasil. [s.l.]: GTSC A2030, 2023.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

#### **Editores**

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

#### **Capa**

Danilo Leite de Macedo Tavares

*The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.*

#### **Ipea – Brasília**

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

### **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.